

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
BUREAU DE ESTUDOS EMPRESARIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS



**Concentração, Desigualdade Espacial
e o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**

Izete Pengo Bagolin
Dúilio de Avila Bêrni
Mário Luís Moreira Prado

Porto Alegre, Março de 2006
c:\d\pm\concentr_municipal\texto terceira versao.doc

Concentração, Desigualdade Espacial e o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Izete Pengo Bagolin, Duilio de Avila Bêrni e Mario Luís Moreira Prado¹

1. Introdução

Uma década em que o PIB sul-riograndense experimentou crescimento de 34%, ou 2,7% a.a., precisa ser identificada como portadora de razoável grau de estagnação econômica. Todavia, nem regional nem setorialmente a estagnação costuma ser distribuída de forma homogênea. Com efeito, a desigualdade é um fenômeno que acompanha inúmeros processos naturais e vitais. Neste caso, a embriologia garante que a harmonia e o equilíbrio do nascituro resultam precisamente do crescimento desigual das partes constituintes, por exemplo, da mão humana. Não se cingindo, assim, a ambientes estacionários, a desigualdade pode ser avaliada no contexto da estagnação econômica regional. Observando as causas da diversidade, pode-se lançar alguma luz sobre o volume com que deu-se o aproveitamento das escassas janelas de oportunidade acenadas com o parco crescimento econômico.

O modo como se movimenta o sistema econômico brasileiro é eminentemente concentrador. Em boa medida, a inflação mostrou-se a maior aliada da concentração, uma vez que todo o ciclo de inflação alta no Brasil fez-se acompanhar de elevação quase monótona do índice de Gini da concentração da renda pessoal, que elevou-se de 0,49 em 1959 para os cerca de 0,60 vigentes na atualidade. Além disso, há estimativas disponíveis sugerindo que as famílias mais ricas, que absorviam 26,1% das despesas de consumo em 1949 elevaram sua quota para 32,3% em 2002. Uma evidência mais poderosa em favor desta hipótese encontra-se nos resultados da análise contrafactual realizada por Grijó (2005) para 2002. De acordo com esta, a transferência de renda realocada pelo governo entre as famílias pobres e ricas faz com que, ao fim do ciclo de ingresso deste numerário no sistema, os ricos mantêm praticamente a mesma posição inicial. Ou seja, o funcionamento normal do sistema encarrega-se de produzir nova redistribuição em favor dos ricos.

¹ Agradecemos as idéias e sugestões dadas para o estabelecimento dos contornos gerais deste trabalho a Ronaldo Herrlein Jr. e Sérgio Kapron.

Apesar da carência de dados para 2002 não permitir a realização de experimentos similares para o Rio Grande do Sul, pode-se, mesmo assim, avaliar em algum grau a extensão da concentração e da desigualdade por meio de índices convencionais, calculados a partir da mensuração do grau de concentração em diferentes variáveis. No caso da concentração sub-espacial do Rio Grande do Sul, sabe-se que os 50 municípios mais pobres do estado ordenados pela magnitude do seu valor adicionado mantiveram sua participação em torno de 1% entre 1990 e 2001, por contraste aos 50 mais ricos, que se mantiveram em torno da cifra de 69%. Na indústria, este indicador permite que se observe mais concentração ocasionada pela divisão municipal: os maiores municípios elevaram sua participação valor adicionado total de 84% para 88%.

Ainda que as cifras apontem para um movimento desigualitário vivenciado pela economia estadual, existem muitas dimensões que precisam ser investigadas, caso se deseje compreender seu caráter e a natureza da causação. A concentração é um fenômeno que se desdobra em nível setorial, tendo recebido enorme atenção, sob os pontos de vista da concepção de instrumentos de medição e de sua aplicação empírica. Por seu turno, a desigualdade tem sido avaliada para as mais diversas variáveis, sendo proverbiais os estudos econômicos sobre a distribuição pessoal da renda e da riqueza.

Naturalmente, estes fenômenos prestam-se a várias extensões, cabendo destacar seu desdobramento espacial. Neste caso, convém questionar se existe alguma relação entre a concentração espacial da produção e as desigualdades na distribuição pessoal de renda. Principalmente, cabe indagar se o elevado grau de desigualdade na distribuição da renda vem afetando a dinâmica produtiva do estado. Associado a ambas as questões, o debate sobre a mensuração da desigualdade pessoal de renda tem motivado trabalhos de renomados pesquisadores desde o final do século XIX, despontando os trabalhos pioneiros de Corrado Gini. O problema recebeu novo ímpeto e, assim, tratamento nos 30 anos finais do século XX, cabendo destacar os trabalhos de Atkinson (1970), Sen (1973) e Cowel (1977).

Ao pensar em desigualdade, vários aspectos podem acorrer à mente do estudioso, qualquer deles podendo receber particular destaque. Neste contexto, dificilmente pode-se eleger o aspecto mais importante da desigualdade, sendo mais sensato que se façam considerações relativas ao tratamento teórico e empírico, sua evolução, importância e persistência nas sociedades contemporâneas.

A descrição das medidas de desigualdade e concentração observadas no ambiente estagnado da economia estadual é o objeto do presente artigo. Busca-se aqui apresentar aspectos conceituais e as principais medidas utilizadas para avaliar tanto a desigualdade quanto a concentração, quando se considera como unidade de análise não propriamente os indivíduos, mas os municípios que os abrigam. A fim de alcançar este objetivo, a seção 2 trata da conceptualização dos fenômenos da desigualdade e da concentração, examinando os índices mais usuais destinados a mensurá-las. Na seção 3, calculam-se os índices pertinentes correspondendo a um elenco de seis variáveis, procedendo a uma descrição de suas principais peculiaridades. A seção 4 procura avaliar a validade empírica da associação entre o grau de assimetria entre a desigualdade ou a concentração e a coesão social regional. Por fim, a seção final apresenta um resumo das principais constatações feitas ao longo do trabalho, ao mesmo tempo em que faz algumas conjecturas associadas às possibilidades de redução da concentração e desigualdade por meio da promoção do desenvolvimento local.

2. Conceitos: Desigualdade e Concentração

Ainda que, volta e meia, possa-se observar o uso dos conceitos de desigualdade e concentração como sinônimos, trata-se de fenômenos diversos, ainda que assemelhados. Pode-se conceber mesmo casos em que a desigualdade é nula, ao passo que a concentração é máxima. Tal é o caso, por exemplo, dos tradicionais índices de concentração que exibem a razão entre as vendas das quatro maiores empresas e o total da indústria em que estas se inserem. No caso da existência de apenas quatro empresas, cada uma detendo 25% do mercado, evidencia-se o paradoxo: concentração de 100% e desigualdade nula. Os índices de concentração, de acordo com Sabóia (1980), deveriam medir a extensão do controle de uma grande proporção da produção industrial por um pequeno número de empresas. Os índices de desigualdade, por sua vez, mediriam a extensão do controle de uma grande proporção da produção industrial por uma pequena percentagem das firmas.

O debate sobre desigualdade tem sido explorado sob várias perspectivas, desde inflamados discursos políticos até ações e iniciativas concretas visando a suavizar os efeitos perversos por ela suscitados. O foco principal da maioria das pesquisas sobre desigualdade volta-se para as pessoas, por contraste aos estudos sobre a concentração,

que se voltam à perspectiva setorial. Tais estudos indagam como estas estão alocadas espacialmente e como os meios de produção estão sendo apropriados.

Em ambos os casos, diversas são as dimensões dentro das quais a desigualdade econômica se desenvolve. Ainda que resultante de diversos processos econômicos, sociais e políticos, o bem-estar pode ser examinado com mais facilidade quando se estuda a distribuição dos ativos e da renda. No que tange à desigualdade pessoal, são várias as causas que se pode apontar como responsáveis por sua existência. Dentre elas, é usual considerar as habilidades naturais dos indivíduos, a estrutura do mercado de trabalho e o nível de educação, além de aspectos relativos a gênero, raça e cultura, concentração da renda e da riqueza, padrão de desenvolvimento e os determinantes de sistema de tributação e a concessão de benefícios previdenciários.

Ora, considerando que a desigualdade pode ter como causa o desdobramento de processos de concentração funcional, setorial ou espacial, naturalmente trata-se de fenômenos diversos. Em todos os casos, contudo, é certo que as causas podem ser históricas, econômicas, geográficas, legais etc.

Estudos sobre desigualdade, ocuparam com frequência pesquisadores das diversas áreas das ciências sociais aplicadas, tanto no âmbito nacional quanto internacional. As razões para que isso tenha ocorrido, segundo Ray (1998), podem ser de duas ordens. Primeiro, o pesquisador pode estar preocupado com a desigualdade econômica, motivado por *questões éticas, filosóficas e/ou humanitárias*. Neste sentido o argumento contra a desigualdade pode vir acompanhado de noções de justiça, uma vez que *a priori* não deveriam existir razões para que os indivíduos enfrentem diferentes condições de acesso aos recursos ao longo da vida. Nesta linha de raciocínio, pode-se considerar injusto que, desde seu nascimento, os indivíduos tenham oportunidades diferentes, que, além de ampliarem a desigualdade dentro da mesma geração, sejam responsáveis pela reprodução desse processo inter-gerações.

Em segundo lugar, a preocupação pode ser apenas, num sentido que esse autor chama de *motivo funcional*, que significa dizer que a desigualdade representa um empecilho ao alcance do objetivo social principal. Como exemplo, pode-se considerar o crescimento econômico e o aumento da riqueza do país. Aprofundando o exame deste segundo motivo, pode-se negligenciar a preocupação com o desenvolvimento

econômico, com bem-estar etc., tendo o interesse centrado apenas nas condições que propiciam o crescimento econômico e o aumento da riqueza social.

Tendo presentes estas duas razões que justificam o estudo da desigualdade, pode-se pensar então em como defini-la. De um ponto de vista filosófico, desigualdade contempla uma longa seqüência de questões semânticas. Porém, caso se olhe apenas para a desigualdade econômica, conclui-se que esta é uma disparidade fundamental que permite a um indivíduo exercitar certas escolhas materiais, enquanto nega a outro estas mesmas escolhas. Desta noção simples do que é desigualdade podem ser extraídas várias formas de análise. Com efeito, pode-se referir que a posse de um mesmo montante de renda pode permitir escolhas diferentes a dois indivíduos. Ela dependerá das condições físicas (ser fisicamente perfeito ou deficiente) ou das condições sociais e políticas (estar num país livre e democrático ou numa ditadura). Estes exemplos enfatizam que a desigualdade econômica é um conceito escorregadio e intimamente relacionado a outros conceitos, tais como o tempo de vida dos indivíduos, suas capacidades pessoais e o contexto de liberdades políticas em que vivem.

Apesar dessas dificuldades, Ray (1998) e Fields (2001) argumentam que trabalho criterioso sobre os dados empíricos podem permitir que se façam comparações significativas. Disparidades na renda pessoal e na riqueza num determinado ponto do tempo são enfáticas, embora possam estar relacionadas a amplas questões de liberdade e capacidades. Esta afirmação é ainda mais verdadeira quando são estudadas as disparidades econômicas dentro de um país. Neste caso, questões amplas podem ser vistas como afetando a todos os indivíduos na mesma direção. Neste sentido, é importante estudar tanto a desigualdade de renda quanto a de riqueza, não tanto porque elas apontam para todas as diferenças, mas porque elas representam um importante componente destas.

Além de se poder questionar sobre os motivos da preocupação com a desigualdade, é necessário também que se defina o nível de desigualdade a ser enfatizado. Dependendo do contexto, pode-se estar interessado na distribuição das despesas correntes ou fluxos de renda, na distribuição da riqueza (ou estoque de ativos), ou ainda na distribuição de renda ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. A preocupação com despesas correntes ou fluxos de renda reflete uma preocupação com o curto prazo, que pode ser importante em contextos específicos. Mas, por ser de caráter

temporário, em geral, ela não apresenta motivos para preocupações mais profundas, uma vez que pode desaparecer no período seguinte, e, assim, não afetar as condições de longo prazo do desenvolvimento humano.

A noção de desigualdade num ponto do tempo deve ser ponderada por uma consideração relativa à mobilidade dos indivíduos. Dependendo da hipótese de cada categoria analisada (trabalho, direito de herança, acesso ao crédito) ser rígida ou flexível, as implicações para a verdadeira distribuição de renda serão diversas. Neste contexto, é importante destacar que, muitas vezes, é impossível fazer estas observações cuidadosamente, porque faltam dados, mas – por isto mesmo – devem ser incorporadas ao estudo, mesmo que se deva enfrentar custo elevado na obtenção da informação.

A preocupação com a distribuição da riqueza reflete circunstâncias que têm relação com o médio prazo. De certa forma, sua omissão do estudo do processo de geração da desigualdade leva a importante viés. A distribuição inicial pode comprometer o bem-estar de toda uma geração, ao oferecer-lhe apenas o papel secundário no estabelecimento das regras que vão determinar o processo de apropriação da riqueza. A distribuição da renda ao longo da vida espelha com mais propriedades tanto as reais condições de desigualdade de determinada sociedade quanto a persistência da desigualdade. Além disso, os inúmeros recortes da distribuição, nomeadamente, aqueles que a atribuem às pessoas ou aos fatores, permitem que se destaquem os gêneros, as idades, o grau de educação, e, naturalmente, também permite a reconstituição destes recortes, a fim de também contemplar a distribuição regional.

Neste contexto, é de fundamental importância que se caracterize a distinção entre distribuição pessoal e funcional de renda, uma vez que as demais formas inserem-se neste recorte. Em particular, a distribuição funcional, também chamada de distribuição primária, informa os retornos oferecidos aos diferentes fatores de produção, tais como trabalho, equipamentos de capital de vários tipos, terra, mas também ao governo, na forma de impostos indiretos líquidos de subsídios relacionados às atividades produtivas.

Como se pode imaginar, a distribuição primária é somente uma parte do processo. Descrevendo como esses montantes monetários emanam do uso dos serviços dos fatores de produção e são apropriados pelos indivíduos na sociedade, a distribuição secundária da renda analisa como as famílias se apropriam dos rendimentos. Esta

instância depende de quais serviços dos fatores, e quanto, cada família tem para oferecer, além de seu poder no processo político, determinando os contornos da receita e do gasto públicos. Famílias que dispõem apenas de mão-de-obra vão receber apenas salários. As famílias detentoras da riqueza social na forma de terra ou capital vão receber aluguéis, juros e lucros. Por fim, sem excluir outros tipos de rendimentos, as famílias detentoras de elevado poder político beneficiam-se dos contornos das políticas fiscais. O processo culmina com a distribuição terciária, que examina quanto o governo retira dos proprietários dos fatores, indivíduos ou empresas, na forma de impostos indiretos ou diretos e quanto o governo lhes devolve, na forma de subsídios ou transferências ao setor privado.

Existem pelo menos dois argumentos convincentes levando a crer que os três níveis distributivos (funcional, institucional ou pessoal) devem ser considerados em estudos sobre desigualdade econômica. O último deles associa-se ao entendimento expresso nos trabalhos recentes sobre a desigualdade sobre como as fontes dos rendimentos podem induzir os pesquisadores a enquadrar os resultados. O dinheiro recebido como doativo (caridade), ou o bem-estar que este dinheiro gera, pode ser visto de modo diverso do que aquele com que se observa o mesmo volume, desde que associado à renda do trabalho. Amartya Sen, um dos mais importantes pesquisadores das questões da desigualdade, refere-se a essa questão como o problema do reconhecimento, ou da auto-estima. Destacando que, quando uma pessoa é obrigada, por problemas de desemprego, a ocupar-se numa atividade que julga não ser adequada para suas habilidades, ela continuará a sentir-se incompleta, como se não estivesse empregada. Apesar de, muitas vezes, não ser possível ao planejador agir de forma prática sobre este tipo de situação, é importante que procedimentos qualitativos sejam considerados quando estes procederem ao julgamento final sobre os contornos da desigualdade.

O segundo argumento para a consideração simultânea dos aspectos funcional e pessoal no exame da desigualdade associa-se ao conteúdo informacional carreado pelo estudo da distribuição funcional. Por associar-se diretamente ao uso dos recursos e suas conseqüências diretas sobre o crescimento econômico, a distribuição funcional, além desta questão, chama a atenção para a consideração de outros fatores associados ao desenvolvimento econômico. O entendimento de como as desigualdades econômicas

têm origem numa sociedade exige que se entenda tanto como os rendimentos dos fatores são pagos, quanto a forma como eles são apropriados, ou seja, qual o papel das transferências governamentais. De maneira bastante direta, esta forma terá influência sobre o grau de eficiência econômica com que a sociedade mobiliza seu aparato institucional e os recursos de trabalho e capital.

Passando ao exame da questão da concentração da renda, cabe fazer uma digressão sobre a importância da busca de regularidades na verificação dos fatos econômicos. Sendo um elemento fundamental para sua descrição ordenada, lança-se a base para a criação de explicações sobre seus determinantes. Os determinantes encontram-se parcialmente na noção de paralelismo temporal ou espacial entre a ocorrência de duas ou mais variáveis. Buscando correlações positivas ou negativas, os paralelismos, ainda que não levem à detecção dos mecanismos de causação da concentração, oferecem boas indicações sobre os contornos da pesquisa destinada a prover explicações sobre os fenômenos envolvidos.

É neste contexto que a pesquisa preocupada em contribuir para o entendimento das formas como o capitalismo brasileiro e regional se reproduz no espaço precisa buscar alguns fundamentos em diferentes segmentos da economia política moderna. Primeiramente, deve-se ter em mente que as três óticas de cálculo do valor adicionado e, particularmente, a ótica da produção, captam apenas parcialmente as leis gerais de movimento do capitalismo. Ainda que tudo se reduzisse ao exame do valor adicionado avaliado pela ótica do produto, em que sobressai a análise setorial, a questão não se voltaria tanto às razões que levam o produto agrícola a definharem relativamente aos demais setores, mas ao que leva o produto industrial a concentrar-se em determinados municípios e evitar ingressar, ou mesmo evadir-se, de outros. Com isto, todavia, ter-se-ia abandonado particularmente a ótica da renda, ou seja, as remunerações dos proprietários dos fatores de produção efetivamente alocados e, principalmente, as transferências governamentais tanto para o setor privado quanto para o setor empresarial, como recém discutido.

As leis gerais de movimento do capitalismo são tradicionalmente associadas com a lei do valor, a lei da concentração ou centralização do capital, a lei da queda da taxa de lucro, a lei da transformação do trabalho vivo em trabalho morto, a lei da acumulação de capital, a lei da crescente deterioração ambiental, a lei da exploração

crescente da classe trabalhadora, a lei da concorrência etc.. Particularmente, a lei do valor tem implicações interessantes, pois seus contornos são diversos nas economias mercantis simples e nas economias capitalistas. Nas primeiras, o excedente monetário é apropriado precisamente a partir das horas de trabalho socialmente necessárias à produção das mercadorias, ao passo que, nas economias capitalistas, este é distribuído não diretamente de acordo com o valor agregado às mercadorias pelo trabalho humano, mas pela fração da riqueza social detida por determinados indivíduos que empregam os trabalhadores individuais. Especificamente, a lei do valor deixa clara a inclinação para se colocar no centro da análise não a figura do trabalhador, ou do local em que ele habita, de suas condições habitacionais, mas a abordagem setorial hoje conhecida como meso-economia.

Tudo isto sempre colocou o foco da análise nos setores econômicos, particularmente, nos setores industriais. Isso é consequência do nascimento da economia política clássica associar-se aos alvares da Revolução Industrial, situação em que a Agricultura perdia posição a olhos vistos na formação da renda e particularmente na capacidade de dinamizar o sistema. Os Serviços ainda não haviam começado a trajetória que os tornaria hegemônicos na formação da renda dos países hoje considerados capitalistas avançados por volta da virada do século XIX.

O presente estudo, por centrar-se nas questões da concentração e desigualdade, usa estes marcos de referência, na tentativa de deslocar em algum grau o foco da análise da abordagem setorial para a abordagem regional. Nesta, com alguma criatividade na utilização dos dados e a correspondente cautela em sua interpretação, pode-se observar a movimentação das diferentes classes sociais, que circulam ao sabor da própria divisão territorial do trabalho, dos fluxos de comércio e de outros condicionantes superestruturais do desempenho econômico local.

Destas leis de movimento, foram selecionadas a concentração e a centralização, aproximadas empiricamente por meio dos conceitos de concentração e desigualdade. A discussão sobre os motivos que tornam importante seu estudo e mensuração dizem respeito ao poder que estes fenômenos detêm sobre a capacidade do sistema econômico atuar com eficiência em suas diferentes dimensões: indústrias, famílias e regiões. A seguir são apresentadas as propriedades e as principais medidas dos fenômenos da desigualdade e da concentração.

3. Material e Métodos

Dado o caráter exploratório do presente artigo, o conjunto de materiais empíricos utilizados cingiu-se a quatro variáveis originais e a duas transformações. As variáveis originais são a população e o valor adicionado setorial dos 467 municípios existentes no Rio Grande do Sul em 2001 e seus traços territoriais observados em 1991. As variáveis transformadas são o cálculo do valor adicionado total de cada município, efetuado pela soma simples dos valores adicionados setoriais e o valor adicionado *per capita*, quando se usa esta variável, dividindo-a pela população municipal. Naturalmente, o elenco de variáveis a serem inseridos em um estudo desta natureza é praticamente incontável, cabendo ilustrar com o emprego, a extensão territorial, a idade e o grau educacional da população, conjuntos de indicadores de bem-estar, como a saúde, o número de cinemas comunitários e outros.

O conjunto de informações de cada uma dessas seis variáveis requer, assim, a seleção de índices de concentração e desigualdade. A disponibilidade de índices é muito grande, cabendo, para os casos de desigualdade e concentração, destacar alguns. Primeiramente, costuma-se a desigualdade com a tradicional curva de Lorenz e seu derivado índice de Gini, também se usando os índices de Atkinson, entropia, log-normal, Theil T, Theil L e outros.

Entre os índices de concentração industrial, destaca-se a chamada razão de concentração, dado pelo faturamento (ou outra variável conveniente) das quatro maiores empresas dividido pelo faturamento total da indústria. Análoga a ele, costuma-se calcular a razão entre as quatro maiores firmas e as 20 maiores, o que inspirou, abaixo, a construção de um índice que mostra esta razão dividida pela razão entre as quatro maiores unidades selecionados entre as vinte menores. Por contraste a estes, os chamados índices de concentração relativa contemplam as medidas criadas por Davies, Hall & Tideman, Hannah & Kay, Herfindahl (também chamado de Hirshmann-Herfindahl), Horvarth, Lindahl, Niehans e Rosenbluth. Estudá-los com mais vagar foge, no momento, ao escopo desta pesquisa.

Neste contexto, também se costuma investigar a chamada Lei de Gibrat, ou lei do crescimento não proporcional, que sugere que – mesmo em qualquer processo aleatório de movimentação de grandes números – depois de um certo período, haverá

concentração na distribuição por tamanho. Outra ‘lei’ bastante disseminada constitui-se na chamada ‘técnica do sobrevivente’, criada por George J. Stigler com o fito de oferecer indicações sobre a presença de economias de escala em indústrias específicas. Examinando, por exemplo, a participação das 10% maiores empresas em dois momentos do tempo no faturamento da indústria, pode-se concluir se estas elevaram sua participação, o que seria um indicador de vantagens atribuíveis ao tamanho. Por seu turno, esta é assemelhada à chamada ‘mediana de Florence’, que divide as empresas que constituem a indústria em dois grupos, apontando para a existência de vantagens de tamanho quando a primeira metade eleva sua participação no total entre dois períodos.

Passando mais frontalmente à seleção das variáveis, cabe salientar que elas obedeceram primeiramente à restrição imposta pela disponibilidade de dados. Todavia, dada a existência do material acima referido, acredita-se que todos os contornos da desigualdade e da concentração possam referir-se à distribuição da população no estado. Deu-se o primeiro passo com a construção de alguns gráficos que ilustram o comportamento da desigualdade a partir do conceito de curva de Lorenz, bem como realizando o cálculo de quatro índices de concentração e três de desigualdade. Os índices de concentração utilizados foram: Kuznets, $4+/20+$, $(4+/20)+/(4-/20-)$ e Herfindahl. Quanto à desigualdade, além das curvas de Lorenz recém citadas, trabalhou-se com os índices de Gini, Theil T e Theil L.

O último ponto a ser salientado diz respeito à questão da comparabilidade das informações pertinentes aos anos de 1991 e 2000, em virtude dos desmembramentos municipais. A pulverização dos municípios gaúchos é um fato que merece explicações as mais variadas. Da herança imperial de quatro comunas, chegou-se no ano 2000, com 467 unidades, tomando o ponto de partida de 333, em 1991. Em 2000, 205 municípios permaneceram intocados, ao passo que, dos que existiam em 1991, 128 tornaram-se cedentes líquidos, aos quais acrescentam-se 134, que foram emancipados ou criados no período.

Assim, idealmente, poder-se-ia trabalhar com sub-amostras dos índices construídos para esses 205 municípios de áreas absolutamente comparáveis. Com isto, poder-se-ia estabelecer alguns juízos interessantes sobre a metodologia de

desagregação² pouco usual utilizada neste trabalho. Incidindo sobre o ano de 1991, ela diverge dos procedimentos tradicionais de agregar os municípios do ano final, reconstituindo a configuração territorial do ano inicial. A justificativa para “mudar o passado”, levando-o a coincidir com o presente é que “o passado fez um se dividir em dois, distanciando-se da aglutinação de vários em um único”. Ou seja, movimentos históricos e políticos fizeram com que as forças comunitárias de frações municipais se articulassem e lutassem pela independência política, construindo suas cortes de prefeitos, vereadores e outros funcionários públicos encarregados de gerir o Fundo de Participação dos Municípios e as receitas tributárias anteriormente arrecadadas pelos municípios de origem. Comparar os anos inicial e final, assim, podem permitir perceber-se o tipo de condicionamento econômico que moldou o secessionismo.

4. Análise dos Dados, Resultados e Discussão

A associação entre algumas dimensões do dinamismo econômico pode ser capturada pelo simples exame quantitativo dos movimentos populacionais. Neste caso, pode-se salientar que, por exemplo, dos 205 municípios que não experimentaram alterações territoriais entre 1991 e 2000, 83 foram cedentes líquidos de um ou mais habitantes, a maior migração absoluta sendo protagonizada por Alpestre. Assim, o conjunto de 83 municípios experimentou uma perda populacional de 50 mil pessoas, enquanto que a população estadual elevou-se em 1,2 milhões de habitantes. Destes 83, com exceção de São Luiz Gonzaga, a população residente em 2000 era inferior a 20 mil pessoas. Ademais, mesmo entre os municípios que aumentaram seu estoque populacional, postam-se diversos com crescimento populacional modesto. A comuna de Guabiju, por exemplo, aumentou sua população em dois habitantes na década, sendo acompanhada por cerca de 50 outras que exibiram crescimento inferior a 5%.

Passando a examinar diretamente as distribuições das diferentes variáveis, as Figuras 1 a 6 exibem o padrão de comparação a ser feito entre a distribuição da

² Do tradicional conceito de município, nomeadamente, a circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores, segue-se, em nível menor, o distrito, que é a sua divisão administrativa, podendo envolver mais de um bairro, sendo o concelho outra divisão de área delimitada dentro dos distritos.

população as demais variáveis. Caso se considere a distribuição geográfica da população como a variável independente, ou seja, a variável cuja configuração é espontânea, ter-se-á um padrão de comparação interessante para confrontar as demais variáveis selecionadas para a avaliação dos graus de concentração e desigualdade.

Depois de examinar estas figuras, o próximo passo no exame dos movimentos municipais consiste em examinar diretamente a desigualdade, por meio dos índices de Gini, Theil T e Theil L. A Tabela 1 mostra que o primeiro desses índices exibe valores inferiores ao próprio Gini da distribuição de renda no Brasil, que tem-se elevado dos 0,5 observados em 1960 e 0,6 nos dias atuais. Ainda assim, existem algumas relações internas às seis variáveis estudadas que merecem receber destaque. Há grande variabilidade dos valores dos índices em torno da média, mas a variação entre os dois anos não é muito expressiva.

Tabela 1 – Índices de Gini, Theil-T e Theil-L da desigualdade da distribuição municipal de variáveis selecionadas, Rio Grande do Sul, 1990/2001.

Variáveis	Gini		Theil T		Theil L	
	1990	2001	1990	2001	1990	2001
População	0.6962	0.7180	1.2342	1.2910	2,8176	2,8556
VAB <i>per capita</i>	0.2764	0.2456	0.1708	0.1519	2,4283	2,7059
VAB – Total	0.7517	0.7480	1.4442	1.4461	4,4845	4,8001
VAB – Agropecuário	0.5207	0.4587	0.4783	0.3723	2,9629	3,3733
VAB – Indústria	0.8885	0.9067	2.0846	2.2511	1,9585	1,3457
VAB – Serviços	0.7439	0.7452	1.5303	1.5202	3,7069	4,0622

Ainda com referência à Tabela 1, cabe referir que os índices de Theil-T e Theil-L têm histórias um pouco diversas para contar. Em particular, a diferença entre os valores da indústria é marcante, pois a única exceção entre a tendência geral de todos os demais índices de elevar-se fica contrariada por esta variável em 2001.

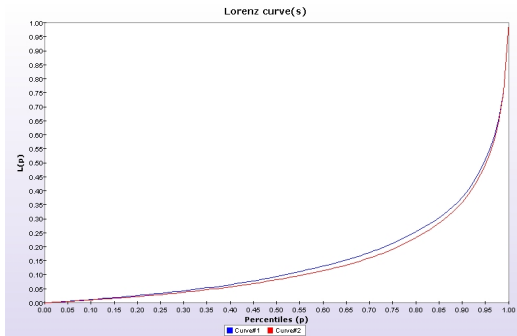


Figura 1: Distribuição espacial da população entre os municípios do RS em 1991 e 2000.

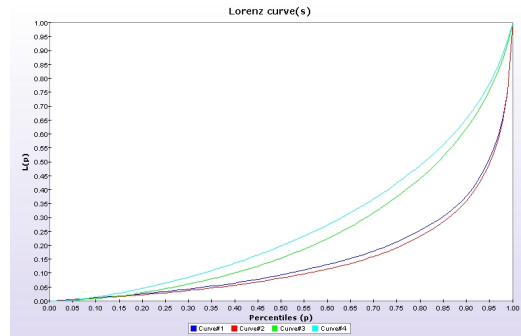


Figura 4: Distribuição da população e do valor agregado bruto da agricultura entre os municípios do RS em 1991 e 2000.

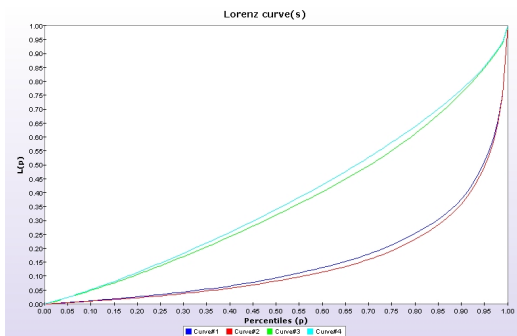


Figura 2: Distribuição da população e da renda per capita municipal entre os municípios do RS em 1991 e 2000.

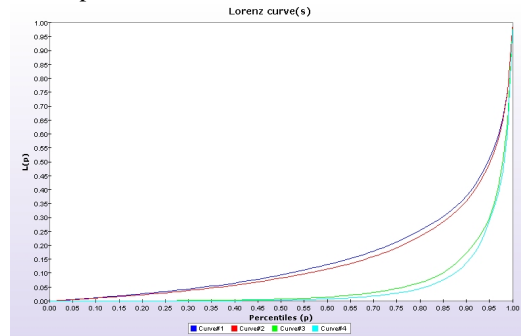


Figura 5: Distribuição da população e do valor agregado bruto da industria entre os municípios do RS em 1991 e 2000.

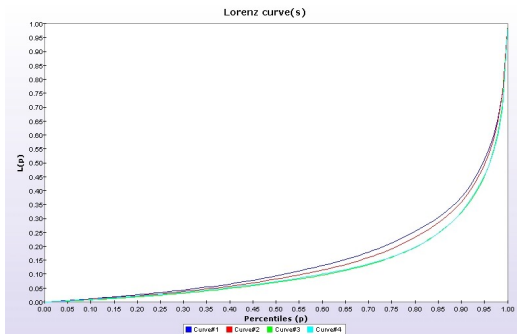


Figura 3: Distribuição da população e do valor agregado bruto total entre os municípios do RS em 1991 e 2000.

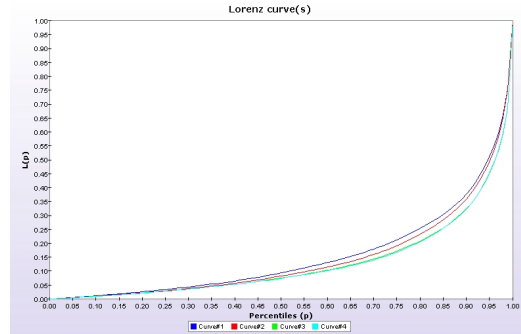


Figura 6: Distribuição da população e do valor agregado bruto do setor serviços entre os municípios do RS em 1991 e 2000.]

Estas seis figuras são extraordinárias em vários aspectos, particularmente quando se considera a primeira delas como o padrão de referência. Primeiramente, buscando regularidades, cabe assinalar que as curvas de Lorenz de cada uma das seis

variáveis selecionadas não diferem substancialmente em resposta ao ano escolhido. Já refletidas nos índices de Gini, torna-se claro que as modificações ocorridas não recebem grande impacto visual nas seis figuras. Em seguida, pode-se agrupar essas seis figuras em dois conjuntos, o primeiro envolvendo o valor adicionado dos Serviços e do total do estado. No segundo, observa-se maior desigualdade nas distribuições setoriais da Agropecuária e da Indústria, acompanhando a forma do valor adicionado *per capita*. Naturalmente, este exibe maior área de desigualdade da curva de Lorenz, comparativamente aos setores produtores de bens materiais. Por fim, merece receber um comentário adicional a assimetria verificada entre as curvas da população e as do valor adicionado *per capita*. Sabendo que os índices de desigualdade da renda pessoal do total do estado mostram inequívocas tendências à concentração, pode-se dizer que, em boa medida, a mesma hierarquia nos resultados da distribuição secundária e terciária do produto social tem um desagradável reflexo na própria distribuição regional da renda.

Passando a examinar a concentração municipal, a Tabela 2 exibe os dados de alguns indicadores para os anos de 1991 e 2000, tais como 50% que possuem menor renda *per capita*, 50% que possuem maior renda *per capita* razão entre os 50% menores sobre os 50% maiores.

Tabela 2 – Índice de concentração absoluta de Kuznets (50+/50-)

MUNICÍPIOS (1)	1990			2001		
	50-	50+	% 50+/50-	50-	50+	% 50+/50-
População (1000)	111,5	5.746,1	51,5	105,4	6.662,0	63,2
VAB – Total (R\$10 ⁶)	489,4	41.254,2	84,3	763,5	55.059,4	72,1
VAB – Agropecuário (R\$10 ⁶)	71,0	2.859,8	40,3	148,4	3.438,8	23,2
VAB – Indústria (R\$10 ⁶)	4,7	22.062,1	4.732,30	0,6	28.651,8	47.769,70
VAB – Serviços (R\$10 ⁶)	251,2	18.070,3	71,9	378,4	25.784,2	68,1

(1) Os 50 maiores e menores municípios divergem, de acordo com o ano ou a variável selecionada.

Observa-se uma grande variabilidade nos valores das razões de concentração ao se fazer o contraste entre as diferentes variáveis utilizadas, mas também quando se compara a evolução da mesma variável entre os dois anos em estudo. Em particular, o total do estado e a Agropecuária foram as variáveis que exibiram discerníveis

tendências de desconcentração, contrastando com a própria população, cujo índice mostra elevação de mais de 10 pontos percentuais entre os dois períodos. Se a pulverização do número de municípios contribuiu para tal fenômeno, mais marcado fica o contraste entre os conceitos de concentração e desigualdade, uma vez que – como foi visto na Tabela 1 – os índices de Gini e Theil apontam para elevação desta última.

Tabela 3 – Índices de Kuznets, 4/20 maiores e razão 4/20 maiores pelas 4/20 menores da concentração da distribuição municipal de variáveis selecionadas, Rio Grande do Sul, 1990/2001.

Variáveis	Kuznets		4+/20+		(4+/20)/(4-/20-)		Herfindahl	
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001
População	10,89	12,68	0,50	0,48	3,37	2,91	0,0274	0,0269
VAB <i>per capita</i>	1,36	1,19	0,43	0,42	2,80	2,50	0,0037	0,0038
VAB - Total	15,57	14,71	0,52	0,55	3,27	3,50	0,0291	0,0290
VAB - Agropecuário	4,87	3,30	0,29	0,28	5,38	4,45	0,0050	0,0043
VAB - Indústria	283,20	945,78	0,48	0,54	5,06	8,29	0,0376	0,0437
VAB - Serviços	14,20	14,30	0,57	0,57	3,60	3,16	0,0444	0,0419
Média	55,01	165,33	0,47	0,47	3,91	4,13	4,13	4,13
Desvio Padrão	111,92	382,38	0,10	0,11	1,05	2,14	2,14	2,14

Na Tabela 3, o confronto entre diferentes índices de concentração confirma, em termos qualitativos, os resultados já examinados a partir da Tabela 2. Ainda que divergindo em termos de suas médias e desvios-padrão, os índices de concentração apontam para os mesmos fenômenos. Primeiramente, a população e o valor adicionado *per capita* têm trilhado sendas assemelhadas. Há sinais dedesconcentração no valor adicionado da agropecuária, por contraste ao montante da variável para o produto industrial. Os serviços, sendo o setor hegemônico na formação da renda estadual, mostram-se alinhados com o valor adicionado total, exibindo apenas pequenas diferenças, dependendo do índice e do ano selecionados.

6. Conclusão

Buscando estudar a concentração e a desigualdade na distribuição dos frutos do trabalho social no Rio Grande do Sul, a presente pesquisa privilegiou o exame de algumas variáveis em nível municipal. Mensuradas por meio de diferentes instrumentos, e colocada em perspectiva por meio de comparações de suas distribuições com a

distribuição da população estadual, viu-se a presença tanto de concentração quanto de desigualdade.

Assim, a análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que as desigualdades espaciais são um fato. A população, a renda *per capita* e VAB setorial estão heterogeneamente distribuídos no espaço gaúcho. Todavia, foi possível perceber que a desigualdade no Rio Grande do Sul não é apenas de renda e nem apenas de caráter pessoal. A intensidade dessa desigualdade é diversa, sendo que população, produção industrial, a produção total e a produção do setor serviços são os que apresentam a maior desigualdade/concentração espacial.

É de interesse observar que, durante a década de 90, um período de relativa estagnação econômica, intensificou-se a desigualdade na distribuição da população. Aceitando-a como a manifestação original das preferências estaduais quanto à forma de ocupação do território, pode-se obter algum grau de compreensão sobre as assimetrias eventualmente verificadas entre esta e a condução da atividade econômica. Por si só, aumentos ou reduções da concentração ou desigualdade na distribuição da população estadual não são fenômenos que carregam em si nenhuma valoração negativa. Todavia, o que pode ensejar avaliações desfavoráveis é a assimetria entre esta distribuição e a das demais variáveis econômicas, particularmente a renda *per capita*. Neste contexto, o maior destaque negativo é o aumento da concentração da distribuição do produto industrial.

Pode-se esperar que, na sociedade igualitária, a população distribua-se de tal forma sobre o território, levando consigo valores assemelhados da densidade econômica de sua ação societária. Neste contexto, estagnação e aumento da desigualdade combinam-se de forma perversa, potencializando a reafirmação da pobreza e, com ela, todos os males decorrentes. Como conclusão, assim, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul, durante os anos 90, viveu uma situação de transição: não favoreceu um expressivo crescimento da renda *per capita* municipal, mas os movimentos do sistema giraram em torno de maior igualitarismo, em termos da distribuição municipal.

Criou-se e se mantém uma hierarquia de municípios ricos e pobres, distanciando os contornos da sociedade sul-riograndense do dístico de sua bandeira: “Liberdade, Igualdade e Humanidade”. Endereça-se, assim, a exame mais profundo a questão sobre os limites da liberdade e da humanidade numa sociedade marcada pela desigualdade.

Referências Bibliográficas

- ATKINSON (1970). On the Measurement Of Inequality. *Journal of Economic Theory*, 2: 244-263.
- COUTINHO, Maurício (2005) Espaço e economia no sistema de Cantillon. *Nova Economia*. Belo Horizonte. V. 15 n.1 p.97-116 Jan-Abr.
- COWEL (1977). *Measuring Inequality: Techniques for the Social Sciences*. New Your, John Wiley & Sons.
- FERREIRA, F. (2000). Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?
- FIELDS, Gary S.(2001) *Distribution and development: a new look at the developing word*. New York: Russel Sage Foundation, MIT.
- GRIJÓ, Eduardo (2005) *A matriz de contabilidade social e a estrutura da economia brasileira*. Porto Alegre: PPGE/PUCRS. (Dissertação de mestrado não publicada).
- HARVEY, David (2004) *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David (2004) *O novo imperalismo*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, Davia (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- HENRIQUES, R. (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA. Rio de Janeiro.
- HOFFMAN, R. (1998) *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: USP.
- HYMER, Stephen (1978) *Empresas multinacionais; a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal.
- PRADO, Mário (2006) Crescimento Econômico, apropriação da renda e Desenvolvimento Humano nos Municípios do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2000. *Dissertação de Mestrado*. PUCRS. Porto Alegre.
- RAY, Debraj (1998) *Development economics*. Princeton: PUP.
- SABÓIA, L. M. J. (1980) A Mensuração da Concentração Industrial. *II Encontro Brasileiro de Econometria. Sociedade Brasileira de Econometria*. Novo Friburgo. 9 a 12 dez. 1980. Brasília.
- SANTOS, Milton (1996) *A natureza do espaço; técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- SEN, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, A. K. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro. Record.

SILVA, Armando Corrêa da (1986) *De quem é o pedaço?*; espaço e cultura. São Paulo: HUCITEC.

SINGER, Paul (1981) *Economia política da urbanização*. 8ed. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA, Nali de Jesus de (1997) *Desenvolvimento econômico*. 3ed. São Paulo: Atlas.

SYLOS-LABINI, Paolo (1980) *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Forense, EDUSP.

World Development Report (2000/2001). Attacking Poverty.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.